

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2006)

4º Trimestre de 2013 e Ano 2013

Capacidade de financiamento da Economia portuguesa fixou-se em 2,0% do PIB em 2013

Em 2013, o Rendimento Nacional Bruto e o PIB nominal cresceram 1,0% e 0,3%, respetivamente. O Rendimento Disponível Bruto da Nação registou um aumento de 1,3% o que conjugado com a ligeira redução do consumo final (-0,1%) permitiu um aumento de 9,3% da Poupança corrente. Em consequência deste aumento e da redução da Formação Bruta de Capital (-7,7%) registou-se uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 2,0% do PIB (necessidade de financiamento de 0,1% do PIB em 2012).

Apesar da redução observada no 4º trimestre, no conjunto do ano de 2013 a taxa de poupança das Famílias aumentou 0,6 pontos percentuais relativamente a 2012, fixando-se em 12,6%. A capacidade de financiamento das Famílias atingiu 6,8% do PIB em 2013 (6,4% em 2012). Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se respetivamente em -2,1% e 2,3% do PIB em 2013 (-3,9% e +3,9% em 2012, pela mesma ordem).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas diminuiu em 2013, passando de 6,5% em 2012 para 5,0% do PIB. Para esta evolução contribuiu principalmente o aumento de 27,8% da receita dos impostos sobre o rendimento.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 4º trimestre de 2013.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Com este destaque o INE divulga pela primeira vez o saldo global das Administrações Públicas (AP) ajustado de efeitos sazonais, bem como os dados ajustados relativos à receita total e à despesa total das AP (ver caixa no final do destaque).

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos, que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de

oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE.

Capacidade de financiamento da economia atinge 2,0% do PIB

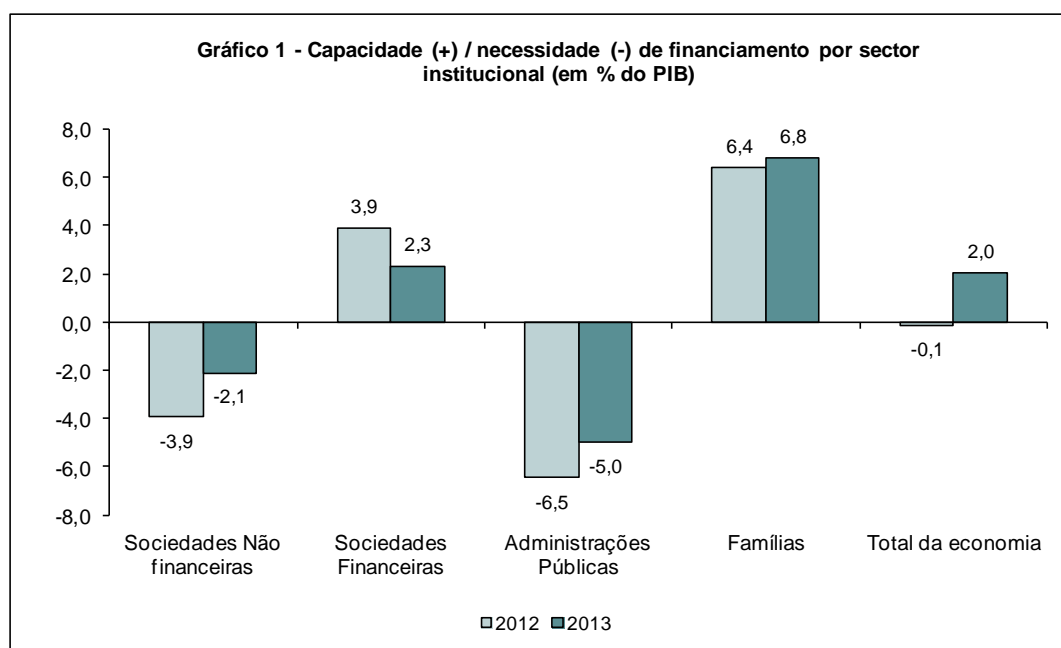
A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 2,0% do PIB em 2013, o que compara com a necessidade de financiamento de 0,1% observada em 2012. Esta evolução deveu-se essencialmente à melhoria do Saldo Externo de Bens e

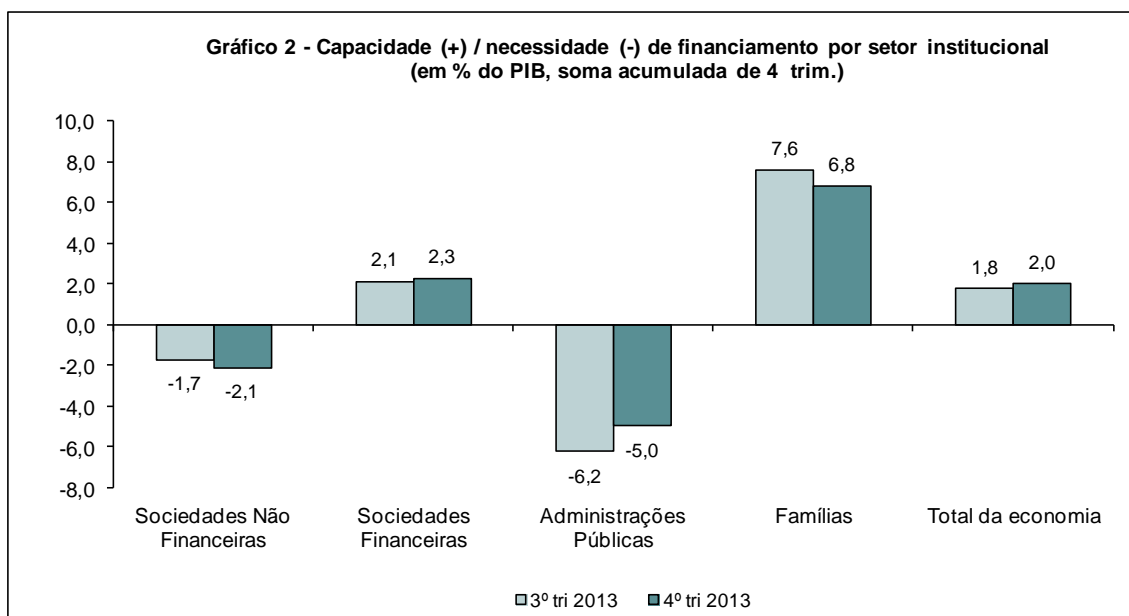
Serviços, tendo as exportações aumentado 5,4% em 2013, o que mais que compensou o aumento de 0,9% das importações.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento para os setores da economia. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu, passando de 6,5% do PIB em 2012 para 5,0% em 2013, refletindo o aumento de 27,8% dos impostos sobre o rendimento e o património, que mais que compensou os aumentos das remunerações e das prestações sociais pagas (7,7% e 5,3%, respetivamente). A evolução das remunerações reflete a reposição do pagamento em 2013 dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores da Administração Pública.

Para os restantes setores da economia, a capacidade de financiamento aumentou 0,7 pontos percentuais (p.p.), fixando-se em 7,0% do PIB. Este comportamento favorável resultou sobretudo da redução da necessidade de financiamento das sociedades não financeiras em 1,8 p.p. do PIB.

A evolução trimestral, tendo como referência a soma acumulada de 4 trimestres, é apresentada no gráfico 2. A capacidade de financiamento da economia manteve a tendência de crescimento iniciada no 1º trimestre de 2013, atingindo 2,0% do PIB no 4º trimestre (1,8% no 3º trimestre). A capacidade de financiamento das Famílias reduziu-se em 0,8 p.p. do PIB face ao ano terminado no trimestre anterior, fixando-se em 6,8% do PIB no 4º trimestre. Esta redução foi determinada pela redução da poupança corrente em consequência do aumento de 10,4% dos impostos sobre o rendimento e o património, que compensou o aumento das remunerações (variação de 1,2%).





Famílias: a capacidade de financiamento das famílias aumentou para 6,8% do PIB

A capacidade de financiamento das famílias aumentou para 6,8% do PIB em 2013 (6,4% em 2012). A redução de 1,4% da despesa de consumo final foi mais expressiva que a diminuição do rendimento disponível (variação de -0,7%), determinando um aumento de 4,3% da poupança corrente em 2013. A taxa de poupança das famílias aumentou para 12,6% em 2013 (12% no ano anterior).

A redução do rendimento disponível das famílias em 2013 foi determinada pelo expressivo aumento dos impostos sobre o rendimento e o património (taxa de variação de 33,0%) que mais que compensou os aumentos das remunerações recebidas, do saldo dos rendimentos de propriedade e do saldo das contribuições e prestações sociais. As remunerações recebidas pelas famílias aumentaram 0,7% face ao ano anterior, representando 65,4% do rendimento disponível em 2013.

Em termos de evolução trimestral, comparando o ano acabado no 4º trimestre de 2013 com o ano acabado no trimestre anterior, a capacidade de financiamento das famílias diminuiu de 7,6% do PIB no 3º trimestre para 6,8% no 4º trimestre de 2013. Esta evolução foi determinada pela redução em 6,0% da poupança corrente, tendo a taxa de poupança diminuído de 13,3% no ano terminado no 3º trimestre para 12,6% no 4º trimestre de 2013.

Como se observa no gráfico 3, a redução da taxa de poupança no 4º trimestre de 2013 resultou da redução do rendimento disponível (taxa de variação de -0,5%), agravada pelo aumento de 0,3% da despesa de consumo final.

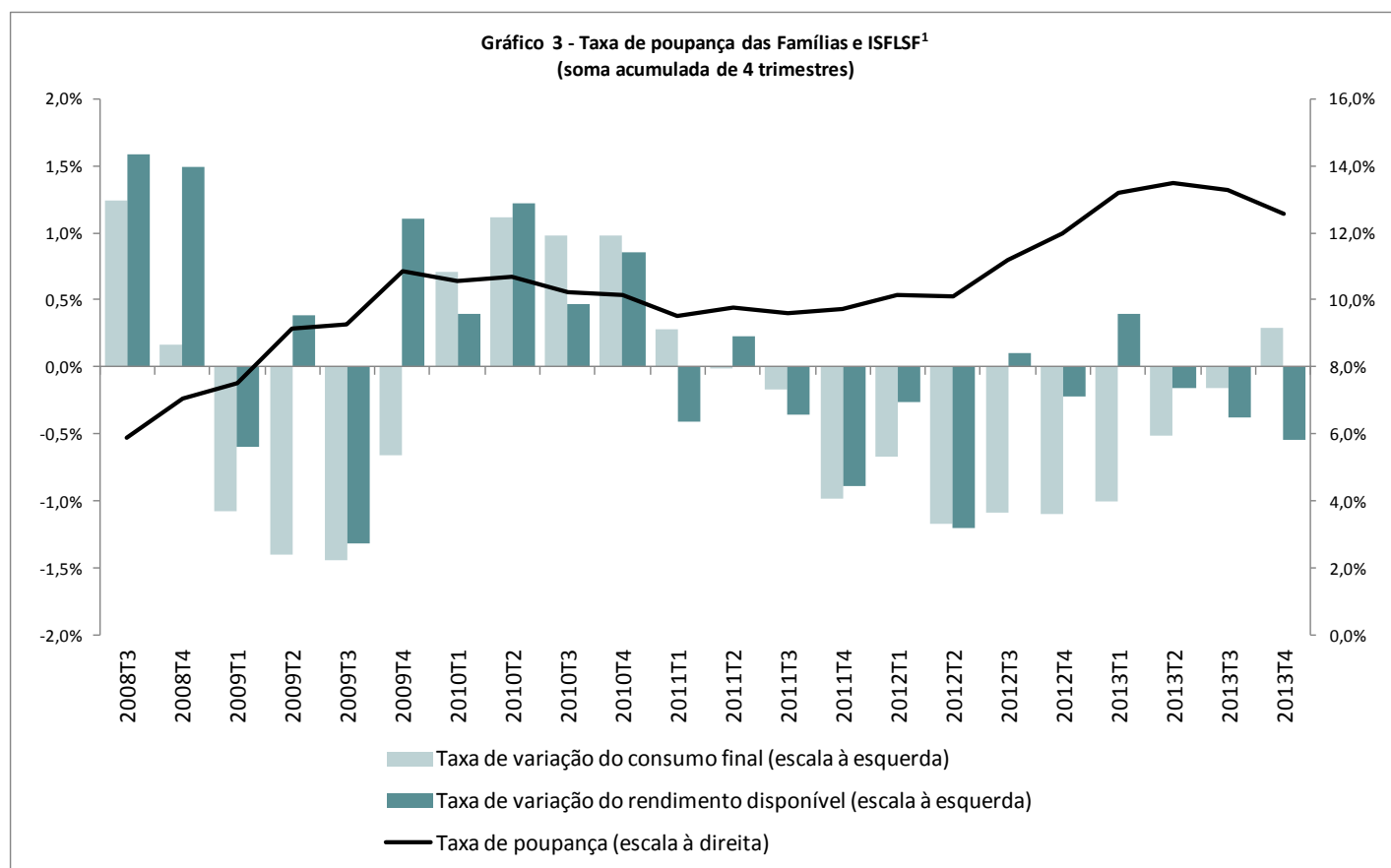
As remunerações aumentaram 1,2% no ano terminado no 4º trimestre de 2013 comparativamente com o trimestre anterior, interrompendo a evolução descendente das remunerações iniciada em 2011. Contudo, o aumento de 10,4% dos impostos sobre o

rendimento e o património mais que compensou o aumento das remunerações, resultando numa redução de 0,5% do rendimento disponível das famílias no 4º trimestre de 2013.

No quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível pelas suas componentes, o aumento dos impostos sobre o rendimento contribuiu em -1,0 p.p. para a variação do rendimento disponível. Em sentido oposto, as remunerações contribuíram em 0,8 p.p. para a variação do rendimento disponível, no ano terminado no 4º trimestre de 2013.

No quadro 2, que descreve a composição do rendimento disponível das famílias, é possível observar

o aumento da importância relativa dos impostos no rendimento disponível, evolução que foi particularmente intensa durante 2013, fixando-se em -11,1% no ano terminado no 4º trimestre de 2013. A diminuição progressiva do peso das remunerações, iniciada no 4º trimestre de 2009, foi compensada com o aumento dos rendimentos de propriedades e das prestações sociais. No 4º trimestre de 2013 verificou-se uma inversão daquela tendência, com as remunerações recebidas a representarem 65,4% do rendimento disponível (64,3% no 3º trimestre de 2013), o que em parte reflete o efeito da reposição do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (pontos percentuais, MM4)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(6)
2010T1	0,1	0,1	-0,2	0,2	0,0	0,2	0,4
2010T2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,1	0,0	1,2
2010T3	0,2	0,2	-0,2	0,1	0,0	0,1	0,5
2010T4	0,1	-0,1	0,9	-0,2	0,5	-0,3	0,9
2011T1	-0,2	0,1	0,3	0,1	0,0	-0,6	-0,4
2011T2	-0,3	-0,1	0,1	-0,2	-0,1	0,9	0,2
2011T3	-0,3	-0,2	0,5	0,0	-0,2	-0,2	-0,4
2011T4	-0,5	-0,1	0,2	0,4	0,0	-0,8	-0,9
2012T1	-0,6	0,0	0,1	0,4	-0,1	0,0	-0,3
2012T2	-1,6	0,0	0,0	0,6	0,1	-0,2	-1,2
2012T3	-0,7	0,1	0,4	0,1	0,0	0,1	0,1
2012T4	-1,7	0,2	0,5	0,1	0,0	0,7	-0,2
2013T1	-0,1	0,0	0,5	0,3	0,1	-0,5	0,4
2013T2	-0,1	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,7	-0,2
2013T3	-0,1	0,1	-0,1	0,2	0,1	-0,5	-0,4
2013T4	0,8	0,2	-0,3	-0,3	0,1	-1,0	-0,5

Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% , MM4)

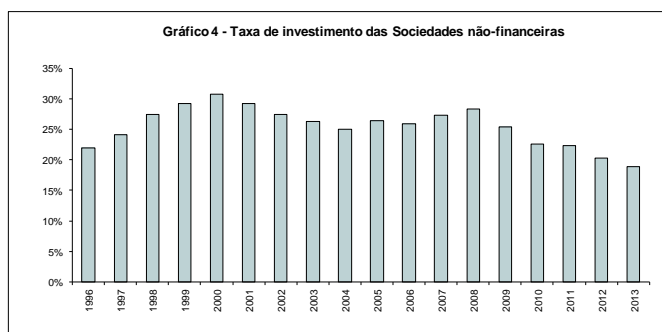
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais	Transferências líquidas recebidas
2010T1	69,6	20,3	8,0	-8,0	6,2	3,9
2010T2	69,1	20,4	8,0	-7,9	6,5	4,0
2010T3	69,0	20,5	7,8	-7,8	6,5	4,0
2010T4	68,5	20,2	8,6	-8,0	6,3	4,4
2011T1	68,6	20,4	8,9	-8,6	6,4	4,4
2011T2	68,1	20,2	8,9	-7,8	6,2	4,3
2011T3	68,1	20,1	9,5	-7,9	6,2	4,1
2011T4	68,1	20,1	9,8	-8,8	6,7	4,1
2012T1	67,7	20,2	9,9	-8,8	7,0	4,0
2012T2	66,9	20,5	10,0	-9,2	7,8	4,1
2012T3	66,1	20,6	10,4	-9,0	7,9	4,1
2012T4	64,5	20,8	10,9	-8,3	8,0	4,1
2013T1	64,2	20,7	11,4	-8,7	8,3	4,2
2013T2	64,1	20,8	11,7	-9,5	8,7	4,2
2013T3	64,3	21,0	11,6	-10,0	8,9	4,3
2013T4	65,4	21,3	11,3	-11,1	8,7	4,4

Sociedades Não Financeiras: taxa de investimento de 18,8% em 2013

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 2,1% do PIB em 2013, que compara com uma necessidade de financiamento de 3,9% em 2012. A redução da necessidade de Contas Nacionais – 4º trimestre de 2013

financiamento deste setor refletiu sobretudo o saldo menos negativo dos rendimentos de propriedade e a redução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A poupança corrente deste setor aumentou 17,8% em 2013.

A FBCF das Sociedades Não Financeiras diminuiu 7,3% em 2013 (variação de -10,6% no ano anterior). A taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) manteve a trajetória decrescente, atingindo 18,8% em 2013 (20,3% em 2012).



Em termos de evolução trimestral, a necessidade de financiamento das sociedades não financeiras agravou-se, passando de 1,7% do PIB no ano terminado no 3º trimestre para 2,1% no 4º trimestre. Os impactos negativos do aumento do imposto sobre o rendimento (taxa de variação de 10,9%) e da redução do saldo das transferências de capital (taxa de variação de -30,6%) foram parcialmente compensados pelo aumento de 1,1% do VAB.

O saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) agravou-se ligeiramente no 4º trimestre de 2013 relativamente ao trimestre anterior, refletindo a diminuição simultânea dos rendimentos pagos e recebidos em 3,0% e 11,0%, respetivamente.

Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento diminuiu em 1,6 p.p. do PIB

Em 2013, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 2,3% do PIB, menos 1,6 p.p. que a registada em 2012. Este comportamento foi sobretudo determinado pela expressiva diminuição do saldo dos rendimentos de

propriedade, tendo os rendimentos de propriedade recebidos e pagos diminuído 26,6% e 18,1%, respetivamente. A poupança corrente deste setor registou uma diminuição de 42,3% em 2013.

Em termos trimestrais, as sociedades financeiras apresentaram uma capacidade de financiamento de 2,1% e 2,3% do PIB, no 3º e 4º trimestre de 2013, respetivamente. Esta evolução refletiu essencialmente a melhoria dos saldos dos rendimentos de propriedade. Os rendimentos de propriedade pagos diminuíram 3,3% enquanto os rendimentos recebidos registaram uma redução de 0,7% no 4º trimestre de 2013.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu em 2013

A necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas reduziu-se em 1,5 p.p. em 2013 face ao verificado em 2012, fixando-se em 5,0% do PIB². Para este efeito contribuíram sobretudo o aumento das receitas fiscais, que mais que compensou o aumento das despesas com pessoal e com prestações sociais, e a diminuição das despesas de capital (ver quadro 3).

Ao nível da despesa corrente, a generalidade das componentes registou um aumento, com exceção do consumo intermédio que diminuiu 1,2%. As variáveis que se destacam são as despesas com pessoal (aumento de 7,7%), cuja evolução se encontra associada ao aumento do encargo médio por trabalhador devido à reposição do pagamento dos subsídios de férias e de Natal e a despesa com

² Este valor difere do apurado para efeito do Procedimento relativo aos Défices Excessivos em consequência do diferente tratamento de juros ao abrigo de swaps e de contratos de garantias de taxas (FRA's).

prestações sociais que aumentou 4,6%. A despesa de capital, por seu lado, registou uma evolução negativa face ao ano anterior, fruto da grande diminuição das transferências de capital para entidades fora das Administrações Públicas (-35,3%)³. O investimento manteve-se, em 2013, num nível próximo do verificado no ano anterior. Do lado da receita, em 2013 verificou-se um aumento da receita fiscal, nomeadamente dos impostos sobre o rendimento e património (27,8%) e das contribuições sociais (5,2%) refletindo em parte a receita extraordinária associada ao Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social.

As receitas de capital registaram uma redução de 39,8%, em virtude da diminuição dos fundos da União Europeia recebidos pelas empresas públicas da Administração Central, sendo ainda de referir o efeito de base associado à receita de impostos sobre o capital proveniente do Regime Especial de Regularização Tributária que vigorou em 2012.

Em termos trimestrais, a necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas (AP) registou uma diminuição de 1,2 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2013, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior. Esta evolução da necessidade de financiamento resultou de um aumento da receita mais acentuado do que o aumento registado do lado da despesa (ver quadros 4 e 5).

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2012		2013		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	67.574,3	40,9	72.409,7	43,7	7,2
Receita corrente	65.076,9	39,4	70.907,1	42,8	9,0
Impostos sobre o rendimento e património	15.272,5	9,3	19.522,2	11,8	27,8
Impostos sobre a produção e importação	22.538,7	13,7	22.568,3	13,6	0,1
Contribuições sociais	19.135,3	11,6	20.139,6	12,2	5,2
Vendas	4.608,8	2,8	4.508,2	2,7	-2,2
Outras receitas correntes	3.521,7	2,1	4.168,7	2,5	18,4
Receitas de capital	2.497,4	1,5	1.502,6	0,9	-39,8
Despesas totais	78.243,8	47,4	80.650,7	48,7	3,1
Despesa corrente	73.386,3	44,4	76.627,1	46,3	4,4
Prestações sociais	37.139,3	22,5	38.834,0	23,4	4,6
Despesas com pessoal	16.510,0	10,0	17.788,6	10,7	7,7
Juros	7.154,2	4,3	7.183,2	4,3	0,4
Consumo intermédio	7.400,2	4,5	7.307,9	4,4	-1,2
Subsídios	968,0	0,6	1.116,9	0,7	15,4
Outra despesa corrente	4.214,6	2,6	4.396,6	2,7	4,3
Despesa de capital	4.857,5	2,9	4.023,5	2,4	-17,2
Investimento ⁽¹⁾	2.480,8	1,5	2.485,0	1,5	0,2
Outra despesa de capital	2.376,6	1,4	1.538,5	0,9	-35,3
Saldo corrente	-8.309,4	-5,0	-5.720,1	-3,5	
Saldo total	-10.669,5	-6,5	-8.241,0	-5,0	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

³ Recorde-se que, em 2012, tiveram lugar duas operações de carácter extraordinário que aumentaram a despesa de capital: a conversão de suprimentos da Parpública em aumento de capital da Sagestamo e a injeção de capital na Caixa Geral de Depósitos.

Quadro 4: Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁶ euros

	2012T1	2012T2	2012T3	2012T4	2013T1	2013T2	2013T3	2013T4
Receitas totais	76.627,9	76.123,7	74.954,7	67.574,3	67.731,4	68.772,6	70.052,4	72.409,7
Receita corrente	68.797,8	68.052,0	66.731,5	65.076,9	65.418,3	66.647,9	68.172,8	70.907,1
Impostos sobre o rendimento e património	16.771,6	16.866,2	16.257,1	15.272,5	15.802,1	16.872,0	17.680,9	19.522,2
Impostos sobre a produção e importação	23.158,8	22.918,7	22.560,6	22.538,7	22.273,6	22.034,4	22.174,6	22.568,3
Contribuições sociais	20.812,6	20.234,5	19.778,4	19.135,3	19.253,7	19.303,4	19.544,6	20.139,6
Vendas	4.384,0	4.533,1	4.642,0	4.608,8	4.591,1	4.558,5	4.666,9	4.508,2
Outras receitas correntes	3.670,8	3.499,5	3.493,4	3.521,7	3.497,8	3.679,6	4.105,8	4.168,7
Receitas de capital	7.830,0	8.071,7	8.223,2	2.497,4	2.313,1	2.124,7	1.879,6	1.502,6
Despesas totais	84.080,9	82.891,8	81.543,2	78.243,8	79.179,8	78.770,9	80.276,6	80.650,7
Despesa corrente	77.701,4	76.471,2	75.851,7	73.386,3	73.962,7	74.513,8	75.462,0	76.627,1
Prestações sociais	38.034,7	38.141,2	37.731,2	37.139,3	37.600,2	37.955,7	38.444,4	38.834,0
Despesas com pessoal	19.124,3	17.839,0	17.606,4	16.510,0	16.637,2	16.850,1	17.020,8	17.788,6
Juros	7.214,0	7.355,7	7.316,1	7.154,2	7.145,4	7.168,5	7.242,6	7.183,2
Consumo intermédio	7.888,6	7.675,6	7.708,8	7.400,2	7.250,9	7.295,7	7.340,4	7.307,9
Subsídios	1.100,4	1.067,9	1.049,0	968,0	988,8	1.001,2	1.037,9	1.116,9
Outra despesa corrente	4.339,3	4.391,8	4.440,2	4.214,6	4.340,1	4.242,6	4.375,9	4.396,6
Despesa de capital	6.379,5	6.420,6	5.691,5	4.857,5	5.217,1	4.257,1	4.814,6	4.023,5
Investimento ⁽¹⁾	4.372,0	3.758,7	3.002,5	2.480,8	2.251,1	2.069,1	2.649,7	2.485,0
Outra despesa de capital	2.007,5	2.661,9	2.689,0	2.376,6	2.966,0	2.188,0	2.164,9	1.538,5
Saldo corrente	-8.903,5	-8.419,2	-9.120,3	-8.309,4	-8.544,4	-7.865,9	-7.289,2	-5.720,1
Saldo total	-7.463,0	-6.768,0	-6.588,5	-10.669,5	-11.448,4	-9.998,3	-10.224,2	-8.241,0
<i>Por Memória:</i>								
Despesa corrente primária	70.487,40	69.115,46	68.535,69	66.232,10	66.817,28	67.345,34	68.219,38	69.443,95
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	170.742,40	168.529,80	167.310,70	165.107,40	163.759,20	163.605,50	163.799,30	165.666,30
Déficit em % PIB	-4,4%	-4,0%	-3,9%	-6,5%	-7,0%	-6,1%	-6,2%	-5,0%

Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2012T1	2012T2	2012T3	2012T4	2013T1	2013T2	2013T3	2013T4
Receitas totais	-0,5	-0,7	-1,5	-9,8	0,2	1,5	1,9	3,4
Receita corrente	-0,6	-1,1	-1,9	-2,5	0,5	1,9	2,3	4,0
Impostos sobre o rendimento e património	-0,7	0,6	-3,6	-6,1	3,5	6,8	4,8	10,4
Impostos sobre a produção e importação	-1,4	-1,0	-1,6	-0,1	-1,2	-1,1	0,6	1,8
Contribuições sociais	-1,1	-2,8	-2,3	-3,3	0,6	0,3	1,2	3,0
Vendas	1,8	3,4	2,4	-0,7	-0,4	-0,7	2,4	-3,4
Outras receitas correntes	5,0	-4,7	-0,2	0,8	-0,7	10,9	5,8	1,5
Receitas de capital	0,2	3,1	1,9	-69,6	-7,4	-8,1	-11,5	-20,1
Despesas totais	-0,4	-1,4	-1,6	-4,0	1,2	-0,5	1,9	0,5
Despesa corrente	0,1	-1,6	-0,8	-3,3	0,8	0,7	1,3	1,5
Prestações sociais	0,7	0,3	-1,1	-1,6	1,2	0,9	1,3	1,0
Despesas com pessoal	-1,5	-6,7	-1,3	-6,2	0,8	1,3	1,0	4,5
Juros	5,0	2,0	-0,5	-2,2	-0,1	0,3	1,0	-0,8
Consumo intermédio	-0,2	-2,7	0,4	-4,0	-2,0	0,6	0,6	-0,4
Subsídios	-9,8	-3,0	-1,8	-7,7	2,1	1,3	3,7	7,6
Outra despesa corrente	-2,0	1,2	1,1	-5,1	3,0	-2,2	3,1	0,5
Despesa de capital	-6,2	0,6	-11,4	-14,7	7,4	-18,4	13,1	-16,4
Investimento ⁽¹⁾	-2,2	-14,0	-20,1	-17,4	-9,3	-8,1	28,1	-6,2
Outra despesa de capital	-13,9	32,6	1,0	-11,6	24,8	-26,2	-1,1	-28,9

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto com variação positiva em 2013

Em 2013, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma taxa de variação nominal de 1,0%, superior à variação do PIB nominal (0,3%). Os rendimentos primários (remunerações do trabalho e do capital) com o exterior registaram um saldo menos negativo no ano de 2013, observando-se taxas de variação de -3,1% nos rendimentos recebidos e -9,5% nos rendimentos pagos.

Quadro 7 - PIB, RNB e RDB

Ano	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação (%)	milhões de euros	taxa de variação (%)	milhões de euros	taxa de variação (%)
1996	93 216	6,1	93 213	5,9	95 789	5,6
1997	101 146	8,5	100 523	7,8	103 164	7,7
1998	110 377	9,1	109 539	9,0	112 213	8,8
1999	118 661	7,5	117 489	7,3	120 356	7,3
2000	127 317	7,3	124 682	6,1	127 690	6,1
2001	134 471	5,6	131 037	5,1	133 998	4,9
2002	140 567	4,5	138 321	5,6	140 273	4,7
2003	143 472	2,1	142 089	2,7	143 633	2,4
2004	149 313	4,1	147 723	4,0	149 389	4,0
2005	154 269	3,3	151 981	2,9	152 879	2,3
2006	160 855	4,3	155 999	2,6	157 572	3,1
2007	169 319	5,3	163 946	5,1	165 658	5,1
2008	171 983	1,6	165 836	1,2	167 636	1,2
2009	168 529	-2,0	161 665	-2,5	162 825	-2,9
2010	172 860	2,6	166 934	3,3	168 297	3,4
2011	171 126	-1,0	164 896	-1,2	166 346	-1,2
2012	165 107	-3,5	160 563	-2,6	162 405	-2,4
2013	165 666	0,3	162 215	1,0	164 441	1,3

O Rendimento Disponível Bruto da Nação (RDB) registou um aumento de 1,3% em 2013. A despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 0,1%, o que determinou um aumento de 9,3% da poupança corrente da economia.

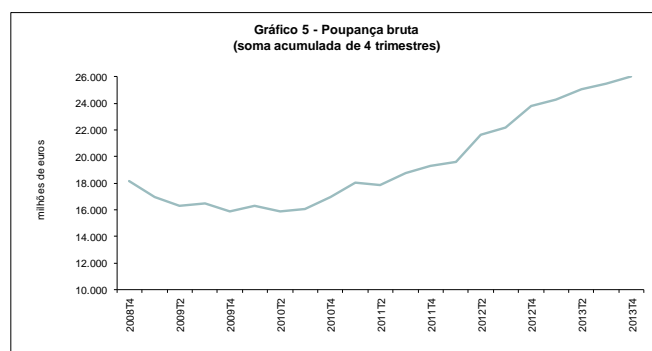
A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 7,7% em 2013 (variação de -12,8% em 2012). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta determinaram uma capacidade de financiamento da economia de 2,0% do PIB (necessidade de financiamento de 0,1% em 2012). Na atual série de Contas Nacionais, o ano de 2013

constitui o primeiro ano em que se regista uma capacidade de financiamento, como se pode observar no quadro 8.

Quadro 8 - Poupança e Capacidade / Necessidade de Financiamento unidade: % do PIB

Ano	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
1996	19,8	2,2	24,2	-2,2
1997	20,1	2,7	26,2	-3,5
1998	20,5	2,3	28,1	-5,3
1999	19,8	2,3	28,7	-6,6
2000	17,7	1,5	28,4	-9,2
2001	17,1	1,6	27,7	-9,0
2002	17,2	1,8	25,7	-6,7
2003	16,8	2,3	23,5	-4,4
2004	15,7	1,7	24,0	-6,5
2005	13,2	1,4	23,5	-8,8
2006	12,3	1,3	23,0	-9,5
2007	12,7	1,1	22,7	-8,9
2008	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010	9,8	1,4	20,2	-9,0
2011	11,3	1,5	18,4	-5,6
2012	14,4	2,1	16,6	-0,1
2013	15,7	1,6	15,3	2,0

Em termos de evolução trimestral, o RNB aumentou 1,1% no ano terminado no 4º trimestre de 2013, registando uma taxa de variação idêntica à do PIB nominal. O aumento do RDB e da despesa de consumo final em 1,2% e 1,0%, respetivamente, determinaram o aumento de 2,0% da poupança bruta no 4º trimestre de 2013 (taxa de variação de 1,8% no ano acabado no trimestre anterior).



A FBC registou uma diminuição de 1,0% relativamente ao ano terminado no 3º trimestre de 2013. Esta evolução, a par do aumento registado para a poupança, determinou o aumento da capacidade de financiamento

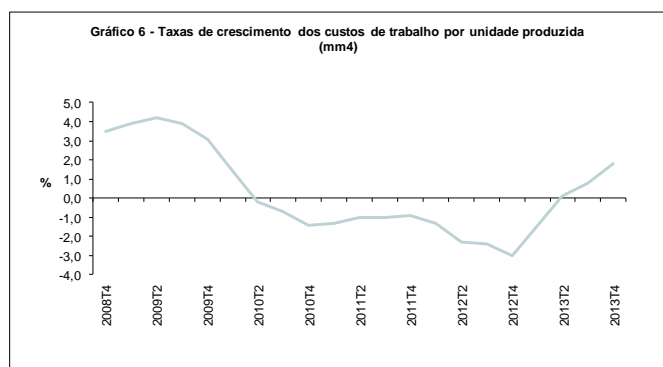
da economia de 1,8%, no 3º trimestre, para 2,0% no 4º trimestre de 2013.

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentam em 2013

Em 2013, os CTUP registaram um aumento de 1,8% (variações de 0,8% no ano acabado no 3º trimestre e de -3,0% em 2012). Esta evolução foi determinada pelo crescimento da remuneração média (3,3% em 2013), superior ao crescimento da produtividade média. A evolução da remuneração média refletiu, em parte, o aumento das despesas com remunerações do setor das AP (7,7% em 2013), influenciado pela já referida reposição do pagamento dos subsídios de férias e de Natal. Refira-se ainda que o comportamento dos CTUP no 4º trimestre de 2013 está influenciado pelas contribuições sociais extraordinárias associadas ao Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, que em contas nacionais está registado na rubrica remunerações. Em 2012, a remuneração média tinha registado uma variação de -2,0%.

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

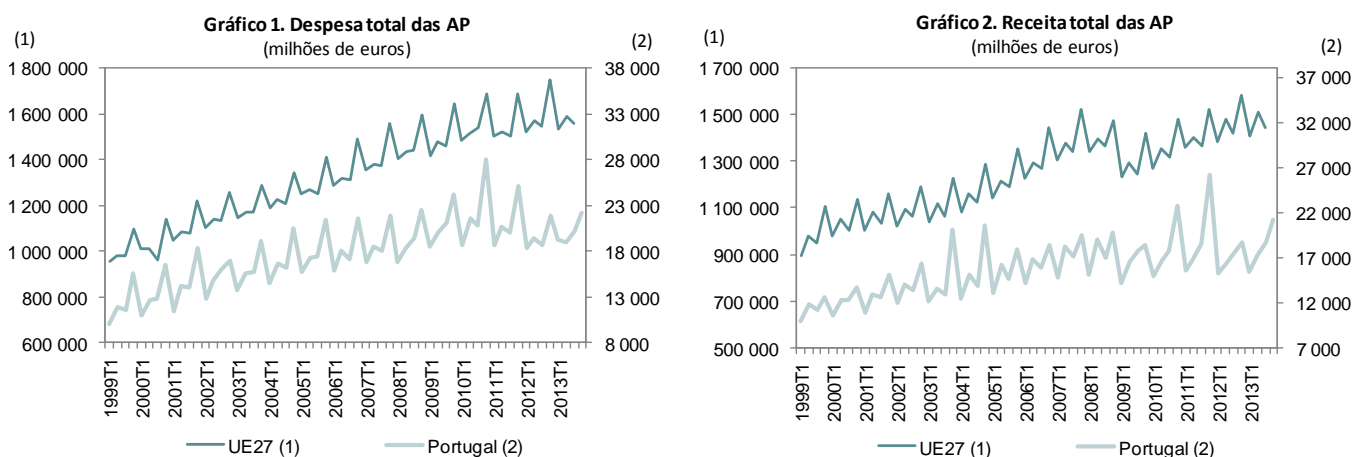
As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 3º trimestre de 2013, é de destacar alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver "Destaque" de 11 de março passado).



Saldo Global das Administrações Públicas ajustado de efeitos sazonais

Com este destaque, o INE divulga o saldo global das Administrações Públicas (AP) ajustado de efeitos sazonais⁴, bem como os dados ajustados relativos à receita total e à despesa total das AP.

Em Portugal, e na generalidade dos Estados-Membros da União Europeia (UE), os principais agregados das AP caracterizam-se por exibir fortes padrões de sazonalidade (gráficos 1 e 2), associados, em parte, à correlação destas variáveis com a atividade económica e à natureza sazonal de alguns procedimentos orçamentais e administrativos específicos a cada país. Estes padrões sazonais podem comprometer a interpretação correta dos movimentos de curto prazo das variáveis e constituir um obstáculo às comparações internacionais.



Nota: dados brutos. Fonte: INE (Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 4º trimestre 2013, 31 de Março 2014) e Eurostat (3 Fevereiro 2014).

Para ultrapassar estes inconvenientes inerentes à utilização de dados brutos, o Eurostat passou a publicar regularmente os dados do saldo global das AP para a Área Euro e para a UE corrigidos de sazonalidade e de dias úteis, tendo divulgado o primeiro comunicado de imprensa no passado dia 3 de fevereiro, com resultados até ao 3º trimestre de 2013⁵.

O ajustamento de efeitos sazonais dos agregados portugueses é realizado pelo INE, com recurso ao software JDemetra+⁶, um instrumento desenvolvido em conjunto pelo Banco Nacional da Bélgica e pelo Eurostat, de acordo com as principais linhas de orientação estabelecidas pelo Sistema Estatístico Europeu (SEE) no que diz respeito à correção sazonal⁶. O JDemetra+ permite a aplicação das duas principais metodologias recomendadas pelo SEE: o TRAMO/SEATS (abordagem paramétrica, baseada em modelos) e o X13/ARIMA (abordagem não paramétrica, baseada em aplicação de filtros).

O saldo global das AP corrigido de sazonalidade foi obtido segundo o método indireto, i.e., o ajustamento de efeitos sazonais foi aplicado às suas principais componentes, sendo o saldo global ajustado obtido posteriormente pela respetiva identidade contabilística. Este método permite identificar com mais exatidão os padrões sazonais específicos a cada componente e, em simultâneo, garantir a identidade contabilística após o ajustamento sazonal.

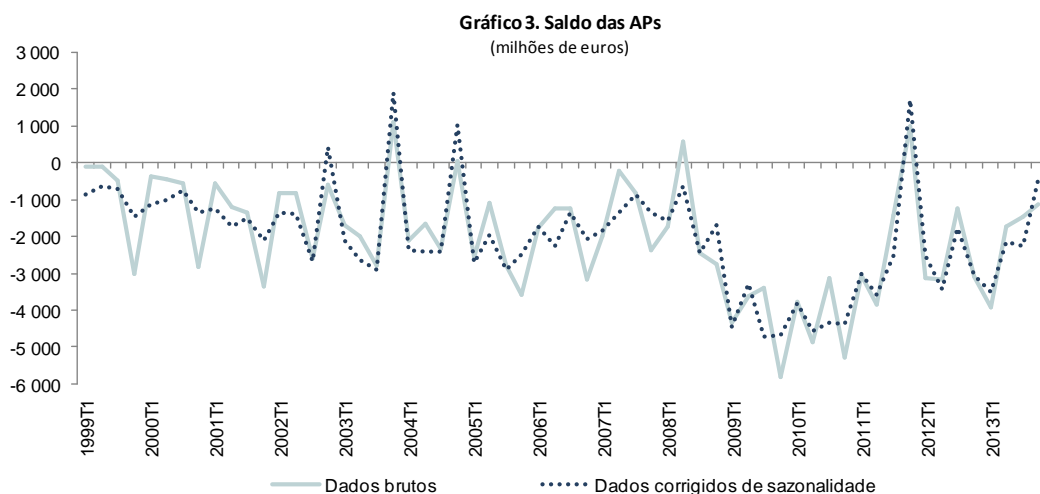
⁴ As estimativas não revelaram a existência de efeitos de dias úteis significativos, pelo que as séries em análise foram apenas corrigidas de sazonalidade.

⁵ http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/2-03022014-AP/EN/2-03022014-AP-EN.PDF

⁶ O JDemetra+ é um *software* de livre acesso, disponível em: <http://www.cros-portal.eu/content/jdemetra>

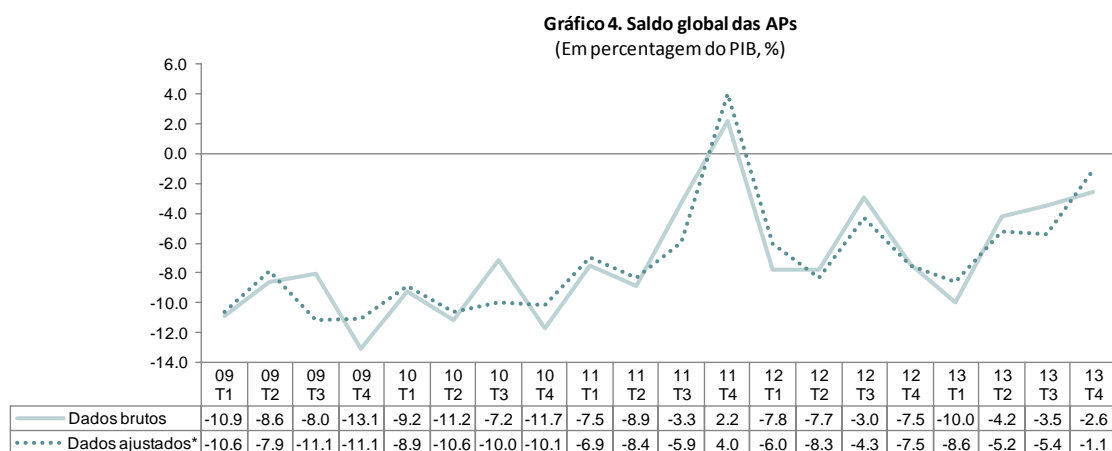
Importa ainda salientar que as séries submetidas ao ajustamento de efeitos sazonais foram previamente expurgadas dos efeitos das medidas *one-off*, uma vez que ao introduzirem fortes irregularidades podem interferir na adequada identificação dos padrões sazonais. Os efeitos das medidas *one-off* são posteriormente adicionados às séries corrigidas. Note-se que as séries de dados ajustados de efeitos sazonais eliminam apenas as flutuações sazonais, devendo refletir movimentos irregulares de outra natureza, como por exemplo os associados às medidas *one-off* ou outros fatores extraordinários.

A série do saldo global das AP ajustada de efeitos sazonais é apresentada no gráfico 3. Ainda que se tenha assistido a alterações dos padrões sazonais ao longo do tempo, é possível observar que o ajustamento de efeitos sazonais tem um impacto sistematicamente positivo no saldo corrigido das AP no último trimestre de cada ano e um efeito contrário nos terceiros trimestres.



Fonte: INE.

Analisando o período dos últimos 5 anos, observa-se um perfil mais irregular tanto do saldo global das AP em termos brutos, como do saldo ajustado de efeitos sazonais (gráfico 4), refletindo, em parte, os efeitos das medidas *one-off* e, por outro lado, as recentes alterações no pagamento dos subsídios de férias e de Natal⁷. O saldo ajustado de efeitos sazonais apresentou uma trajetória positiva ao longo de 2013, registando uma melhoria significativa particularmente sensível no 4º trimestre, em que se situou a um nível superior ao do saldo não ajustado.



Fonte: INE. * Dados ajustados de efeitos sazonais.

⁷ Refira-se ainda que, para não prejudicar a qualidade do ajustamento sazonal, a metodologia utilizada não força a consistência anual dos resultados,

Nota metodológica

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

i.e., a soma anual dos dados brutos pode apresentar ligeiras diferenças relativamente à soma obtida com dados ajustados.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.